

# CORONELISMO NO CONTEXTO POLÍTICO DO MUNICÍPIO DE BARRAS-PIAUI (1955-1980)

Francielcio Silva da Costa<sup>36</sup>  
Francisca Ravenna da Silva Santos<sup>37</sup>

## RESUMO

O presente artigo intitula-se Coronelismo no contexto político do município de Barras - PI (1955 a 1980), logo este trabalho acadêmico abordou questões complexas ligadas à política, ao coronelismo e a história local da cidade de Barras, Piauí. Além disso, esse estudo se desenvolveu principalmente para compreender como o sistema político coronelista, influenciou na política barrense entre os anos de 1955 a 1980. Posto isso, os objetivos desta pesquisa são: analisar qual a interferência que os coronéis exerciam sobre os seus eleitores em Barras-PI, investigar quais as atitudes adotadas pelos eleitores diante do controle exercido pelos coronéis, bem como verificar os comportamentos dos políticos barrenses diante do favoritismo e, por fim, refletir acerca das consequências do coronelismo no município de Barras - PI. Metodologicamente, este artigo foi construído mediante um levantamento bibliográfico e, como instrumental de pesquisa, foi utilizado o questionário com perguntas abertas aplicadas respectivamente ao vereador da Câmara Municipal de Barras, a Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barras e alguns moradores barrenses que vivenciaram o coronelismo no município. Nesta perspectiva, ressalta-se que os referenciais teóricos desta pesquisa, foram baseados em autores, como Leal (1975), Hobbes (1979) e Faoro (1997). Por fim, conclui-se que o coronelismo é um tema complexo, importante e atual do ponto de vista historiográfico.

**Palavras-Chave:** Coronelismo. Política. Oligarquias. Barras-PI.

## ABSTRACT

This article is entitled Coronelismo in the political context of the municipality of Barras - PI (1955 to 1980), so this academic work addressed complex issues related to politics, coronelismo and the local history of the city of Barras Piauí. In addition, this study was mainly developed to understand how the coronelista political system influenced the politics of Barrense between the years 1955 to 1980. That said, the objectives of this research are: to analyze what interference the coroneis exercised on their voters in Barras PI, to investigate what attitudes were adopted by voters in the face of the control exercised by the colonels, as well as to verify the behavior of politicians from Barras in the face of favoritism and, finally, to reflect on the consequences of coronelismo in the municipality of Barras - PI. Methodologically speaking, this article was built through a bibliographical survey, and as a research instrument a questionnaire with open questions was applied respectively to the councilor of the Municipality of Barras, the President of the Union of Rural Workers of Barras and some residents of Barras who experienced the

---

<sup>36</sup> Graduado em História pela UESPI, Pós-graduado em História e cultura afro brasileira pela FAVENI e e-mail: fransilva9610@gmail.com e ORCID ID 0000-0002-9891-1309.

<sup>37</sup> Graduada em História pela UESPI, Pós-graduada em História e cultura afro brasileira pela FAVENI e e-mail: franciscaravenna@gmail.com e ORCID ID 0000-0003-0221-5243.

colonelism in the Municipality. In this perspective, it is emphasized that the theoretical references of this research were based on authors such as Leal (1975), Hobbes (1979) and Faoro (1997). Finally, it is concluded that coronelismo is a complex, important and current theme from a historiographical point of view.

**Keywords:** Coronelismo. Policy. Oligarchies. Barras PI.

## **Introdução**

De acordo com Leal (1975) é importante compreendermos os conceitos de coronelismo e as práticas políticas do Brasil rural. Sabe-se que o coronelismo é caracterizado por uma pessoa que é denominada de coronel, o mesmo possuía grande poder político e econômico e estava ligado à posse de terras. Além disso, o coronel era visto como um soberano local e os pequenos comerciantes, trabalhadores das fazendas, moradores das propriedades que estavam no seu domínio eram uma espécie de súditos (subordinados).

Com isso, o tema desta pesquisa intitulado o coronelismo no contexto político do município de Barras - PI<sup>38</sup> (1955 a 1980) é uma temática complexa, importante e atual do ponto de vista historiográfico. Além disso, este assunto lida com conceitos centrais, tais como: política, coronelismo e história e com uma conjuntura histórica, uma realidade social e política, vários eventos e fatos históricos relevantes.

Sobre os objetivos que nortearam este estudo, menciona-se: analisar qual a interferência que os coronéis exerciam sobre os seus eleitores em Barras-PI, investigar quais as atitudes adotadas pelos eleitores diante do controle exercido pelos coronéis, bem como verificar os comportamentos dos políticos barrenses diante do favoritismo e, por fim, refletir acerca das consequências do coronelismo no município de Barras-PI.

A respeito da situação problema deste artigo, cita-se como a prática do coronelismo influenciou na política de Barras-Piauí entre os anos de 1955 a 1980. Pois, durante este contexto histórico o coronelismo esteve bastante presente nas relações políticas e sociais do município e, por isso, buscar compreender essa realidade e como tais relações se configurava, é fundamental para os campos de pesquisa das ciências humanas, em geral.

---

<sup>38</sup> É um município brasileiro do interior do estado do Piauí, região Nordeste do país. Situa-se na Microrregião do Baixo Parnaíba piauiense e na Mesorregião do Norte piauiense, distante 120 km a norte de Teresina capital estadual.

Os grandes fazendeiros detinham uma grande quantidade de votos de cabresto, pois o coronelismo teve seu apogeu na República velha, nesse período a quantidade de pessoas que podiam votar era muito pequena, dessa forma, a população que dependia das grandes fazendas eram facilmente manobrada pelos coronéis, pois os eleitores trocavam seu voto por um favor, que poderia ser algum tipo de serviço ou bem material. Além do mais, caso o eleitor não votasse no candidato indicado pelos coronéis, poderia ser punido de forma física ou psicológica.

A abordagem metodológica utilizada neste trabalho foi realizada com as seguintes etapas: levantamento bibliográfico, e como instrumental de pesquisa foi utilizado o questionário com perguntas abertas aplicadas ao vereador da câmara municipal de Barras, a presidente do sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barras e alguns moradores barrenses que vivenciaram o coronelismo no município e fotografias. Como base teórica, utilizamos autores como Leal (1975), Faoro (1997), Lins (1964) e Lima (1978), dentre outros teóricos citados.

Logo, a presente pesquisa se justifica em virtude de que no município de Barras-Piauí na contemporaneidade ainda existe uma espécie de favoritismo entre os eleitores e políticos barrenses, ou seja, a maioria do eleitorado barrense procura os candidatos para praticar alguma troca de favores entre os mesmos, não votando nos políticos por causa de suas propostas e, sim, pensando em seu próprio benefício.

Esse trabalho está dividido em introdução, onde apresentamos o nosso objeto de estudo e seu contexto, os objetivos gerais e específicos, a exposição da metodologia, do espaço da pesquisa, dos sujeitos e a justificativa da pesquisa. Em seguida, abordamos o poder dos coronéis, respaldados em Leal, Faoro e Lima, que descrevem sobre a influência que os coronéis exerciam sobre os moradores de suas terras, sendo assim, esses autores irão relatar que os coronéis eram vistos como senhores que possuíam muitas terras, que tinham bastante poder político, econômico e social e dependiam bastante do seu título de coronel para influenciar os habitantes de seus latifúndios.

Abordando o poder dos coronéis da época pontua-se que eles eram considerados por muitos como sendo soberanos e os moradores de suas terras como sendo seus súditos, sendo assim, eles tinham total autonomia para solicitar favores aos seus moradores, pois o coronelismo era mais presente nas zonas rurais agrárias afastadas dos centros urbanos e os coronéis mandavam nestes locais.

Por fim, discutimos no que se refere à prática coronelista em Barras-Piauí, onde o coronel barrense exercia a função de grande fazendeiro e que tinha muitas propriedades e era comerciante. Dessa forma, demonstrava grande influência política em seus moradores, pois essas pessoas viviam de favores em suas terras e achavam que deviam obediência ao coronel, pois eram subordinados ao mesmo e sendo assim, era comum a troca de favores. Além disso, fizemos um levantamento sobre os principais coronéis de Barras e quais foram os mais ativos na política barrense.

### **O poder dos coronéis**

O que foi chamado por Leal (1975), de coronelismo, compreende um período da formação política e social brasileira que perturbou a participação democrática da população a partir da figura do Coronel. A expressão, coronelismo, vem da patente de coronel. Neste sentido, em 1831 foi criada a guarda nacional<sup>39</sup>, para substituir as milícias e ordenanças do período colonial. Ela estabeleceu uma hierarquia, em que a patente de coronel correspondia a um comando municipal ou regional.

Sendo assim, a função de coronel dependia, de acordo com Sobrinho (1978), do prestígio econômico e social de seu titular, que geralmente era proprietário de terras. Primeiro, a patente era reconhecida pela regência, na defesa das instituições. Num segundo momento, elas eram concedidas a quem se dispusesse a pagar por elas. Em outras palavras, continuava a representar um poder econômico. Os coronéis foram figuras que comandaram um grande número de votos de cabresto – por coerção – em decorrência da representatividade que possuíam como chefes políticos locais.

De um modo geral, define-se o coronel como um indivíduo de prestígio político e, geralmente ligado à posse de terra, mas não necessariamente um homem rico. Sua figura representava a não presença efetiva do Estado brasileiro em seu território, principalmente em regiões menores e distantes dos grandes centros. Sustentava-se tanto pela via política, quanto pelo comércio e meios de produção e, também, por uma dominação carismática frente aos cidadãos. Era reconhecido, não apenas pela força política, mas também por traços de lealdade. Nesta perspectiva, Faoro complementa essa descrição:

---

<sup>39</sup> Foi uma força militar organizada no Brasil em agosto de 1831, durante o período regencial, e desmobilizada em setembro de 1922.

*Baraúnas, n.º 1, v.1, mai/dez, 2023*

No campo, no distrito, no município, o chefe político, o Coronel tardo e solene, realista e autoritário, amortece, na linguagem corrente, o francês mal traduzido e o inglês indigerido. Ele municipaliza a expressão erudita, comunicando-lhe, de seu lado, sentido e conteúdo, converte o freio jurídico do governo no buçal do caboclo. (FAORO, 1997, p.697).

Analisando a citação supramencionada compreende-se a influência que os coronéis exerciam na época, na sociedade, no campo das leis, fazendo com que a legislação viesse a favorecer esses chefes políticos. E também, os coronéis eram autoritários e prestigiados segundo o autor citado que deixa isso, evidente.

Segundo Raymundo Faoro, coronelismo é caracterizado por uma pessoa que é o coronel. Sendo assim, é definido como um indivíduo que detinha grande prestígio político e econômico. Dessa maneira, o coronel não ficou conhecido somente pelo seu autoritarismo político, mas também por ser uma pessoa leal e carismática.

A ascendência do coronel perante os caboclos do interior do Brasil era resultante da sua condição de proprietário de terras, mesmo que ele possuísse fortuna. Ocorria que, diante do “estado de pobreza, ignorância e abandono, em que os empregados se encontravam, o coronel era rico” (LEAL, 1978, p.25). Portanto, o coronelismo nunca foi um sistema pacífico, pois o tipo de dominação exercido implicava a adoção de métodos coercitivos e ameaçadores. O coronel era conhecido como senhor da região, inclusive das pessoas que trabalhavam para ele.

Dessa maneira, para além dos requisitos econômicos, outra característica presente nos coronéis que se tornou algo cultural no coronelismo era a postura que incumbiam a si mesmo como dominadores estabelecadores de ordens. Em outras palavras, eram verdadeiros monarcas, pois dominavam determinadas regiões, nas quais estabeleciam suas próprias regras e ditavam as leis. A justiça da região era exercida segundo o que o coronel considerava justo, ou seja, se algo escapasse aos seus olhos ou se algo ocorresse diferente daquilo que planejava, a correção vinha por meio de suas próprias mãos, ou das mãos dos capangas a seu serviço.

Com isso, o sistema coronelista era caracterizado pelo enorme poder concentrado em mãos de um poderoso chefe local, geralmente um grande proprietário, um dono de latifúndio, um fazendeiro ou um senhor de engenho. O poder dos coronéis consistia em controlar os seus eleitores, todos eles tinham o seu “curral” eleitoral, ou seja, os eleitores eram obrigados a votar sempre nos candidatos impostos pelos coronéis, tal voto era conhecido como voto de cabresto.

## **Coronelismo: visto como um sistema absolutista no Brasil**

Na prática do sistema coronelista brasileiro, temos o coronel como soberano e os trabalhadores da fazenda, os comerciantes e os moradores das localidades que estão sob o raio de poder do coronel como súditos. Assim, a conquista do poder se deu justamente pela riqueza, reputação e liberdade, acrescidas de certa influência política. Portanto, o título de coronel (patente militar) prevaleceu como designação dos oligarcas que exerciam o poder político local, especialmente no Nordeste do Brasil.

Dessa forma, o tradicional coronelismo de enxada foi um sistema que teve suas bases em pequenas oligarquias latifundiárias brasileiras, analogamente, o coronel se assemelha a um senhor feudal e suas fazendas, aos feudos, o mesmo se beneficiava do seu poder sobre as classes mais baixas para negociar votos com grupos políticos, logo, entende-se que a indistinção entre o público e privado falseava o modelo republicano e prejudicava a boa organização administrativa municipal que vigorava.

Logo, o coronelismo teve seu apogeu na época da república velha e compreende o intervalo entre a proclamação da república, em 1889 até a revolução de 1930. De acordo com Faoro (1997), o fenômeno coronelista surgiu com a formação da Guarda Nacional, criada em 1831. A grande propriedade se tornou uma realidade agroeconômica permanente, já que uma reforma agrária efetiva jamais foi realizada no Brasil. Assim, o poder dos latifundiários quase se tornou um poder de direito. O chefe do regimento municipal nomeava uma pessoa socialmente qualificada, geralmente rica.

O coronelismo teve um marco importante na vida política e eleitoral do Brasil durante a república velha, pois a quantidade de pessoas que podiam votar era muito pequena, mas essa população era facilmente “manobrada” pelos coronéis. Sendo assim, o voto de cabresto prevalecia em decorrência disso, pois os eleitores trocavam seu voto por um favor, que poderia ser algum tipo de serviço ou bem material. Dessa maneira, a população era incapaz de reagir ao despotismo do coronel. Para os historiadores Cláudio Vicentino e Gianpaolo Dorigo, a inexistência de qualquer serviço público à disposição dessa população, composta, em sua maioria, por analfabetos, e a própria impossibilidade (ou desinteresse) do estado em protegê-la abriam caminho para o exercício do poder dos coronéis.

De acordo com Dorigo e Vicentino (2001, p. 305) “o voto fraudado pelos

coronéis saía dos municípios, elegia governadores de um grupo oligárquico estadual e chegava até a presidência da república, sendo canalizado para o candidato paulista ou mineiro”. Desse modo, os coronéis podiam fraudar as eleições por meio da intimidação dos eleitores, do roubo de urnas, da falsificação de títulos de eleitor e outros artificios. Os jagunços eram responsáveis pelo controle dos votos e, caso os eleitores fossem contrários às ordens dos coronéis, eram punidos. De posse de um grande número de votos, o coronel os negociava com o governador de seu estado, isto é, oferecia os votos em troca de algum benefício.

Além disso, podemos citar como uma das principais características do coronelismo, o clientelismo, ou seja, a troca de favores. Na obra “Coronel, Coronéis” de Marcos Vinícios Vilaça e Roberto Cavalcanti de Albuquerque, afirmam que essa era uma maneira dos coronéis se manterem no poder:

O coronel vê-se levado a promovê-las [a troca de favores] como que para não perder a iniciativa social, para assegurar seu cetro paternalista de doador de coisas, de patrocinador de causas. Para manter o prestígio junto às cidades que domina, promove urbanização em detrimento de suas bases rurais; ou patrocina a abertura de estradas para as capitais, facilitando a penetração do elemento moderno perturbador de sua política (ALBUQUERQUE, VILAÇA, 1965, p.19).

O sistema coronelista brasileiro funcionou pelo modelo da troca de favores entre os coronéis e seus subordinados, onde os mesmos utilizavam de sua autoridade para conseguirem votos. Esse modelo político era de suma importância para os fazendeiros, pois através do mandonismo eles se mantinham no controle da recém-criada República do Brasil.

Na obra “Coronelismo, Enxada e Voto”, Victor Nunes Leal (1975), o autor afirma que o coronelismo não pode ser caracterizado como um fenômeno simples, pois envolve um complexo de características da política municipal. Para ele, o sistema coronelista é o resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Ou seja, o coronelismo (poder privado) é, sobretudo, um compromisso, uma troca de proveitos com o poder público, progressivamente fortalecido, e representa a decadente influência social dos chefes locais, notadamente, dos senhores de terras.

O coronelismo estava enraizado no interior do país, mais precisamente na zona rural, essas regiões afastadas das grandes cidades, num Brasil latifundiário e escravista.

Nesse período, as distâncias eram muito grandes devido aos meios de comunicação e locomoção serem escassos. Dessa maneira, o coronel era uma personificação do poder privado. Ele tinha poder sobre os “súditos”, a lei e até a religião. “Não é possível compreender o fenômeno sem se referir à estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações do poder privado, ainda tão visíveis no interior do país” (LEAL, 1975, p.40). A estrutura política que existia no Brasil era velha e arcaica, possibilitando a emergência do coronelismo, que consistia, entre outros, na troca de favores entre um poder público progressivamente fortalecido e chefes locais, em sua maioria proprietários de terra em decadência.

Com base em uma relação de comprometimento entre o poder público e o privado, sendo que um estava cada vez mais se fortalecendo e o outro decadente, respectivamente, Leal (1978) interpreta o coronelismo como um sistema de poder que tem como base a estrutura agrária. E é isso que justifica o coronel ser o centro desse fenômeno. Neste aspecto, menciona-se que

A essência, portanto, do compromisso Coronelista, salvo situações especiais que não constituem regra – consiste no seguinte: da parte dos chefes locais, incondicional apoio aos candidatos do oficialismo nas eleições estaduais e federais; da parte da situação estadual, cartabranca ao chefe local governista (de preferência o líder da facção local majoritária) em todos os assuntos relativos ao município, inclusive na nomeação de funcionários estaduais do lugar. (LEAL, 1978, p.50).

Dessa forma, a dependência do coronel por parte da população era fortalecida de tal forma que ficava por conta do chefe político local todas as despesas eleitorais. A população rural que predominava sobre a urbana era muito pobre. Logo, eram os coronéis que custeavam desde as despesas de alistamento com o eleitor e a própria eleição.

Sendo assim, o caboclo que não possuía dinheiro, muito menos interesse em eleger governantes, era levado a votar no candidato do coronel, que bancava financeiramente tudo o que fosse necessário: documentação, transporte, alojamento, refeições e até roupas e calçados. “É, portanto, perfeitamente compreensível que o eleitor da roça obedeça à orientação de quem tudo lhe paga, e com insistência, para praticar um ato que lhe é completamente indiferente” (LEAL, 1978, p.36).

A submissão do caboclo perante o Coronel, antes mesmo de ser questionada, já é explicada por Victor Nunes Leal (1978), pois, a condição na qual esses indivíduos viviam, engloba analfabetismo e falta de assistência médica. Não havia contato com *Baraúnas, n° 1, v.1, mai/dez, 2023*

jornais ou revistas e, quando ocorria, era apenas para ver as imagens. Dessa forma, sem acesso à informação, tão importante à conscientização cívica, os trabalhadores tinham no coronel a imagem de um benfeitor.

Conforme Leal (1978) é desse padrão de quem eles recebem os favores os quais era possível acessar, como comprar fiado na venda para pagar com a produção agrícola. Não havia, assim, a consciência de que era possível lutar por uma vida diferente daquela. Dessa forma, na política, o caboclo lutava com e pelo coronel.

Durante o período de vigência do coronelismo na república velha, o Estado era omissivo. Por isso, os coronéis, em seus pequenos “feudos”, eram, praticamente, a única referência de poder, segurança e assistência da população. Ou seja, embora muitas vezes não fosse um governo legítimo, exerciam esse papel, pois eram os únicos que podiam atender aos anseios e necessidades da população da região. Dessa forma, os interesses privados acabam confundindo-se com os públicos.

Hannah Arendt, na obra “Origens do Totalitarismo”, também aborda essa questão no que tange à teoria hobbesiana. De acordo com a filósofa alemã, o Leviatã expõe a única teoria política segundo a qual o Estado não se baseia em nenhum tipo de lei construtiva que determine o que é certo ou errado no interesse individual com relação às coisas públicas, mas nos próprios interesses individuais, de modo que o interesse privado e o interesse público são a mesma coisa. Logo, Arendt (2004, p. 169) destaca que:

O poder, segundo Hobbes, é o controle que permite estabelecer os preços e regular a oferta e a procura de modo que sejam vantajosas a quem detém esse poder. O indivíduo, de início isolado, do ponto de vista da minoria absoluta, compreende que só pode atingir e realizar seus alvos e interesses com a ajuda de certa espécie de maioria. Portanto, se o homem não é realmente motivado por nada além de seus interesses individuais, o desejo do poder deve ser a sua paixão fundamental. É esse desejo e poder que regula as relações entre o indivíduo e a sociedade e todas as outras ambições, porquanto a riqueza, o conhecimento e a fama são as suas conseqüências.

Vale ressaltar que as principais depravações existentes no período coronelista são: o voto de cabresto, o curral eleitoral e as fraudes eleitorais. Por sua vez, o voto de cabresto representava uma forma eleitoral imposta pelos coronéis durante a república velha e seu principal objetivo era controlar o poder para o favorecimento pessoal ou de simpatizantes políticos.

Para isso, Farias (1999, p. 72) afirma que “o voto de cabresto tinha, sobretudo *Baraúnas, n° 1, v.1, mai/dez, 2023*

o significado de uma obrigação moral, um elemento de lealdade ao patrão que sedia o uso da terra ao morador”. Com isso, podemos considerar que o voto de cabresto era uma prática bastante recorrente em alguns lugares do país. No período de maior amplitude do coronelismo, no início do século XX, o eleitor só precisava levar um pedaço de papel com o nome de seu candidato e depositar na urna, pois se tratava de um papel qualquer, que o eleitor trazia de casa. Para os coronéis, bastava entregar a cada um de seus empregados o papel já preenchido e, como a grande maioria desses eleitores era analfabeta, apenas escreviam os seus nomes. Vale lembrar que os analfabetos não podiam votar, mas isso não era empecilho de maneira alguma para o coronel, já que eram eles mesmo que escreviam no papel o que bem desejasse.

Já sobre a decadência do coronelismo como fenômeno político, ainda que exclusivamente nesse modelo de um país rural, pode começar a ser observada no final da década de 1940. Até porque, nessa época, as cidades do interior começavam a introduzir paulatinamente aparelhos receptores de ondas radiofônicas que, nas fazendas, era utilizado com baterias, minimizando o problema da falta de abastecimento de energia elétrica.

### **O autoritarismo do coronelismo através dos meios de comunicação**

Conforme Fortunato (2000) o voto secreto, instituído no governo provisório de Vargas, não acabou com o sistema político citado anteriormente, pelo contrário, os coronéis conseguiram se adaptar a esse novo formato mesmo que em outras figuras políticas, continuaram aliados à corrupção estatal. Diferente do coronelismo já apresentado, o coronelismo eletrônico se constitui no Brasil urbano na segunda metade do século XX, sendo assim, o coronelismo eletrônico é resultante da concessão de outorga, pelo Estado, que autoriza empresas privadas a explorarem os serviços de emissoras de rádio e televisão. Outro fator decisivo foi à crescente centralidade da mídia na política brasileira dando origem a uma releitura do sistema político praticado pelos coronéis na primeira república.

O novo sistema coronelista surgiu a partir do regime militar. Enquanto os antigos mandatários locais eram atores políticos de um Brasil predominantemente rural, os novos donos do poder passaram a ser a expressão de um país com forte urbanização. Porém, o coronel atual ainda mantém as práticas típicas do antigo coronelismo, como o

uso de influência junto ao governo para empregar os apadrinhados ou levar obras e melhoramentos para suas bases eleitorais. No entanto, se, anteriormente, os métodos de arrecadação de votos se resumiam às instruções dadas aos cabos eleitorais e aos comícios, hoje os meios de comunicação de massa, em especial a televisão, são a grande forma de manipular o eleitorado.

Dessa forma, ao controlar as concessões, o novo “coronel” promove a si mesmo e aos seus aliados, hostiliza e cerceia a expressão dos adversários políticos e é fator importante na construção da opinião pública, cujo apoio é disputado tanto no plano estadual como no federal. Logo, Lima (2007, p. 3) salienta que:

A moeda de troca continua sendo o voto, como no velho coronelismo. Só que não mais com base na posse da terra, mas no controle da informação – vale dizer, na capacidade de influir na formação da opinião pública. A recompensa da União aos coronéis eletrônicos é de certa forma antecipada pela outorga e, depois, pela renovação das concessões do serviço de radiodifusão que confere a eles poder na barganha dos recursos para os serviços públicos municipais, estaduais e federais.

Por consequência, de acordo com Lima, a moeda de troca continua sendo a mesma, o que vai diferir o novo sistema coronelista em relação ao velho é a opressão dos eleitores por parte dos meios de comunicação, preferencialmente o rádio e a televisão que tinham o objetivo de controlar a decisão de voto da população.

Enfim, os aspectos traçados pelo “coronelismo” mostraram-se na contemporaneidade entre os anos de 1980 a 2000, com a capacidade de redefinição de conceitos ao passar dos anos, preservando no contexto atual vigente a ingerência de um número de pessoas e grupos nos meios de radiodifusão. Por isso, a utilização dos mecanismos de rádio e TV servem enquanto meios de influência e intervenção no processo político.

### **A prática do coronelismo na cidade de Barras-Piauí**

A ignorância obriga os homens a confiar na opinião e na autoridade alheia. Nesta ótica, Farias (1999). Concordamos com o autor para o caso de Barras-Piauí, pois sendo formada pela maioria do eleitorado analfabeta, acreditavam que os coronéis, por serem pessoas letradas, poderiam exercer de alguma forma controle sobre eles e acreditavam fielmente em suas palavras. Dessa forma, a política barrense delimitava-se

*Baraúnas, n° 1, v.1, mai/dez, 2023*

a base da política ruralizada e local. O coronel barrense exercia a figura do grande fazendeiro que tinha muitas propriedades rurais, possuía grandes latifúndios e era comerciante.

Com isso, Leal (1978) explica que esse fenômeno se desenvolve em lugares propícios para seu apogeu, pois o coronelismo atua no reduzido cenário do governo local. Seu *locus* por excelência são os municípios do interior, sua vitalidade era inversamente proporcional ao desenvolvimento das atividades urbanas, seja o comércio e a indústria. Consequentemente, o isolamento é fator importante na formação e manutenção do fenômeno.

De fato, a economia de uma região ou de uma localidade considera precária e o afastamento dos polos desenvolvidos socialmente, culturalmente e economicamente é propício para a persistência da prática coronelista. Segundo Cichocki (2012, p.10) “o coronelismo marcou a nossa história pela implantação do seu projeto político-econômico, encontrado no poder de mando local, um elemento fundamental para a centralização e domínio político”.

Entretanto, para Fortunato (2000) destaca-se que o coronelismo em Barras no Piauí foi uma prática bastante presente na região, persistindo suas influências por muito tempo, até que seus principais líderes e praticantes vieram a cair pela velhice, ou pela própria quebra do sistema oligárquico nos meados dos anos 1980, como também pelas novas figuras políticas deste município.

Além do mais, para Leal (1975) verifica-se que significando o isolamento, ausência ou rarefação do poder público, apresenta-se o coronelismo, desde logo, como certa forma de incursão do poder privado no domínio político. Daí que muitos autores consideram como legado do período colonial, quando eram frequentes as manifestações de hipertrofia do poder privado a disputar atribuições próprias do poder instituído vigente.

Todavia, o coronel aqui referenciado não é precisamente aquele que tinha uma patente militar, mas sim, o que possuía grandes propriedades agrárias, e sendo assim, exercia grande influência política nos moradores, pois essas pessoas viviam de favores em suas terras e achavam que deviam obediência ao coronel, pois eram subordinados ao mesmo e, por isso, era comum a troca de favores. Logo, por um aspecto sociocultural, acostumou-se a denominar essas pessoas de coronel. Além disso, salienta-se que os mesmos chegavam a comprar esse título para que pudessem usar como um símbolo

peçoal. Já sobre o aspecto da origem do termo coronelismo e sua fundamentação política, Cichocki (2012, p. 10) descreve que:

O termo coronelismo tem sua origem no século passado, quando os grandes proprietários recebiam esse título da guarda nacional, que foi criada em 18 de agosto de 1831. Com o passar do tempo, essa denominação passou a designar aqueles com poder político em suas regiões. Os coronéis detinham em suas mãos o poder de controlar a vida de todas as pessoas que viviam em seus respectivos municípios. Eles tinham um poder de mando muito grande e representavam a liderança primária em um município, qualquer que fosse o chefe municipal.

Através da citação de Cichocki pontua-se que o coronelismo foi prática comum no Brasil durante a República Velha e permitiu o fortalecimento das oligarquias e também a opressão da população através da força dos coronéis. Logo, o coronelismo foi se desenvolvendo ao longo do século XIX, existente tanto nos meios rurais como nas cidades, sendo resultado das desigualdades e precariedades existentes na sociedade imperial e encontrou no período da república velha as condições necessárias para prosperar.

Desse modo, o fenômeno conhecido como coronelismo é uma característica bastante peculiar do Brasil, pois o uso e o conceito desse termo complexo remetem ao pensamento de definição política aliada ao setor oligárquico, que predomina nas regiões de menor expansão econômica e social. A respeito do uso do conceito coronelismo, Maria Lucinete Fortunato destaca em sua tese de doutorado que:

O uso do conceito de coronelismo para caracterizar o poder local nas relações de poder que se exercitam no Brasil, [...] se baseia na construção de uma identidade, ou de uma imagem para o coronel, e as relações entre este e o Estado. Assim, a imagem do coronel tem sido considerada como um elemento significativo na trama das relações sociais e de dominação que caracterizam e legitimam o conceito do coronelismo. (FORTUNATO, 2000, P. 149).

Com isso, aponta-se que a instituição da imagem do coronel está relacionada ao estereótipo ou identidade que foi construída para relacioná-lo a um poder privado ou de um interesse pessoal em relação ou oposição a um poder público. Logo, com o advento da república, patentes de coronéis foram vendidas ou concedidas em profusão, segundo critérios e interesses políticos.

### **Principais coronéis barreenses**

É importante destacar aqui as figuras dos coronéis mais influentes do *Baraúnas*, n° 1, v.1, mai/dez, 2023

município barrense, sendo um dos mais ativos na política de Barras e importante na região, o coronel Alcides do Rêgo Lages que residiu na região do Barreiro, no município de Barras. Esta localidade é conhecida popularmente como “Barreiro do Alcides” pela grande capacidade que o então coronel tinha para liderar os moradores daquela localidade. Essa região era sua propriedade, transformando sua pessoa em um dos maiores donos de terras do município de Barras-Piauí.

Corroborando Andrade (2008), que salienta a importância do registro fotográfico na pesquisa qualitativa, foram feitas algumas fotografias a fim de enriquecer esse trabalho, pois oficialmente registrada como uma invenção de Daguerre, em 1839, a fotografia representa o advento do primeiro meio de produção automática da imagem, que assume gradativamente o papel de instrumento de mediação, registro e arquivamento.

Do ponto de vista conceitual a fotografia é uma ferramenta essencial para as pesquisas da área de História, pois ela revela aspectos fundamentais dos tempos históricos estudados. Diante disso, Monteiro (2006, p. 12) explica que:

A fotografia é um recorte do real. Primeiramente, um corte no fluxo do tempo real, o congelamento de um instante separado da sucessão dos acontecimentos. Em segundo lugar, ela é um fragmento escolhido pelo fotógrafo pela seleção do tema, dos sujeitos, do entorno, do enquadramento, do sentido, da luminosidade, da forma etc. Em terceiro lugar, transforma o tridimensional em bidimensional, reduz a gama das cores e simula a profundidade do campo de visão.

Dessa forma, atendo-se à ligação das imagens com a pesquisa e com as incursões científicas, infere-se que ora a fotografia se apresenta como fonte de dados em si mesma, ora como objeto de pesquisa, mas que também pode ser instrumento e resultado de estudos acadêmicos. Sendo assim, as fotografias têm alta qualidade icônica, o que pode auxiliar a ativar lembranças das pessoas ou estimulá-las a elaborarem enunciados sobre situações e processos complexos.

Além disso, devemos considerar o valor epistêmico da fotografia enquanto imagem, ou seja, as informações que a foto traz sobre o mundo. Até porque as fotografias são gravações detalhadas de fatos, além de que proporcionam uma apresentação mais abrangente e holística de estilos e condições de vida da sociedade. Logo, as fotografias, em geral, sobrevivem após o desaparecimento físico do referente que as originou e com isso, são elos documentais e afetivos que perpetuam a memória. Relacionado a isso, o registro fotográfico produz dados que ampliam a nossa

*Baraúnas, n° 1, v.1, mai/dez, 2023*

compreensão sobre processos sociológicos, uma vez que gravam detalhes que instigam os expectadores a refletirem sobre realidades culturais distintas entre si.

Sendo assim, podemos verificar que as fotografias são de suma importância e têm grande relevância em uma pesquisa bibliográfica, pois pode aguçar as lembranças dos expectadores e essas recordações são interpretadas e refletidas de diversas maneiras, dentro de um trabalho acadêmico. Nessa perspectiva, segue alguns registros fotográficos feitos no decorrer da pesquisa, referentes à casa grande do Senhor Alcides do Rego Lages, localizado na região do Barreiro do Alcides município de Barras-Piauí:

**Imagem 1**  
**Casa grande do coronel Alcides na localidade Barreiros**



Fonte: SANTOS, 2019.

Com isso, mediante a primeira imagem se percebe que a casa grande do coronel Alcides da localidade de Barreiros, zona rural da cidade de Barras-PI é um edifício histórico que demonstra detalhes relevantes desse contexto histórico e político analisado e que nos revela assim, características do cotidiano social e cultural que a população barrense vivenciava. Neste sentido, analisando a foto podemos perceber aspectos e características como o tipo de arquitetura da casa, a forma das paredes, das telhas, das janelas e da porta deste monumento. E ainda, acerca das características que a foto nos demonstra aponta-se o caráter do coronelismo vigente na época, o aspecto religioso católico que fazia parte da sociedade barrense deste período e a mentalidade conservadora que a população barrense possuía em termos sociais e culturais no modo de se vestir, se comportar e pensar a sua realidade.

*Baraúnas, n° 1, v.1, mai/dez, 2023*

**Imagem 2**  
**Fotografia interna da casa grande do coronel**  
**(sala de visita)**



**Fonte:** SANTOS, 2019.

Na segunda fotografia, evidencia-se a representação interna da casa grande do coronel Alcides do Rego Lages, onde é mostrado a arquitetura, a forma e os traços das cadeiras, da mesa, das janelas, do piso, das paredes e do telhado deste monumento histórico e, também, político do município de Barras-Piauí. Ou seja, esta casa pertenceu ao coronel Alcides do Rego Lages, um indivíduo bastante poderoso, rico, influente e conhecido no meio político não apenas do território de Barras-PI, mas até mesmo no Estado do Piauí.

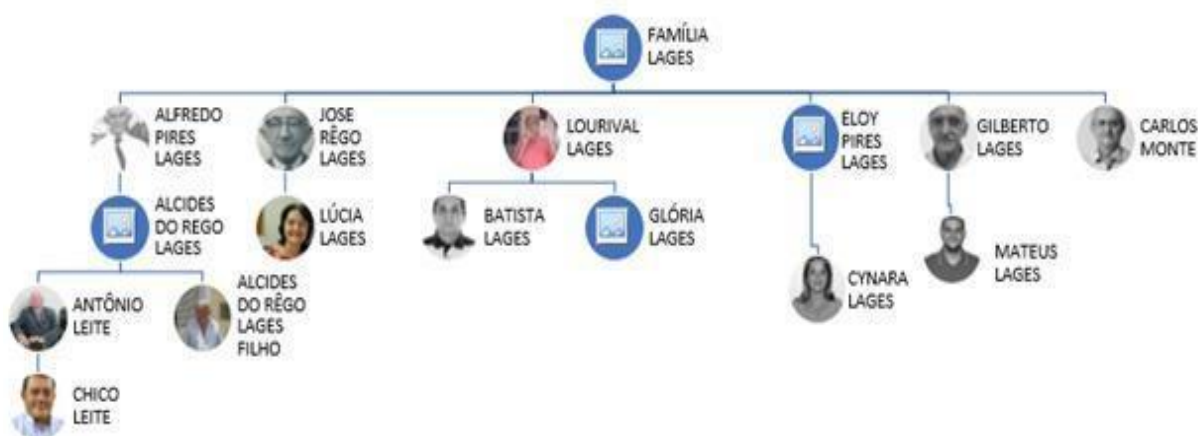
Conforme observarmos, as imagens acima se referem à casa grande, como era e ainda é chamada por todos da localidade Barreiros. A mesma se encontra atualmente em bom estado de preservação, só a fachada que está necessitando de uma reforma por conta do tempo. A casa é preservada por seus netos, seus filhos e pelos próprios moradores da região. Percebe-se nas fotos que foram demonstradas a casa do senhor fazendeiro coronel Alcides do Rêgo Lages, que residiu na localidade Barreiros. Logo, a mesma se encontra ainda bastante preservada e essa preservação se dá pela necessidade da conservação histórica, pois ela foi de grande importância para a prática da política oligárquica no município de Barras.

De acordo com Andrade (2008) a casa grande foi muito importante para a *Baraúnas, n° 1, v.1, mai/dez, 2023*

prática de reuniões políticas, organizadas pelo referido coronel e que a maioria dessas reuniões, era organizada no período das campanhas eleitorais, pois o coronel conseguia atrair grande parte do eleitorado para sua casa no período das eleições para lhes apresentar propostas e solicitar votos.

Ainda sobre o coronel, iremos expor a estrutura genealógica de sua família, para que se possa chegar aos principais nomes da política barrense no período em que este trabalho se dedica a estudar. Essa estrutura será mostrada por meio de um organograma que apresentará com mais precisão as raízes oligárquicas, que se acredita serem as principais do município, e terá como umas das principais finalidades demonstrar os nomes políticos que fizeram história em Barras-PI, no que se refere ao tema discutido.

### Árvore genealógica política da família Lages



Fonte: Pesquisa de Campo

O coronel Alcides, citado anteriormente, foi o político mais ativo na vida pública da cidade de Barras-PI, pois sempre participou dos pleitos eleitorais de sua época. Portanto, a família Lages se perpetuou na história política barrense, desde o início da segunda metade do século XX e, dessa maneira, esta família continua em exercício na prática política da cidade até os dias atuais. Sendo assim, foi, indubitavelmente, uma das famílias mais importantes e tradicionais da história política de Barras, pois tinha como chefe maior dessa estrutura, entre os anos 1950 e 1980, o poderoso coronel Alcides do Rego Lages que foi um dos herdeiros do então proprietário *Baraúnas*, nº 1, v.1, mai/dez, 2023

de terras Alfredo Pires Lages.<sup>40</sup>

No que tange as entrevistas realizadas para este artigo, aborda-se que elas envolveram o vereador da Câmara municipal de Barras, a presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Barras e alguns moradores barrenses que vivenciaram o coronelismo nesta urbe. Logo, referindo-se a ética na pesquisa científica, Portelli sugere que:

[...] O compromisso com a honestidade significa, para mim, respeito pessoal por aqueles com quem trabalhamos, bem como respeito intelectual pelo material que conseguimos, compromisso com a verdade, uma busca utópica e a vontade de saber como as coisas realmente são, equilibradas por uma atitude aberta às muitas variáveis de como as coisas podem ser (PORTELLI, 1997, p.15).

Dessa forma, para preservar a identidade dos entrevistados que se propuseram a participar deste trabalho acadêmico foi utilizado codinomes alfanuméricos. Como assim, se subscreve: LB, DC, MS, CS, RR, MD, ER, JP, LG.

O voto de cabresto citado em outras partes deste artigo significava uma obrigação moral e ao mesmo tempo, elemento de fidelidade ao patrão, que cedia aos seus moradores o uso da terra. Contudo, no depoimento abaixo, iremos verificar que o comprometimento que o morador tinha com o coronel não era apenas uma questão de fidelidade, mas de obrigação.

O coronel recolhia o título de eleitor de cada morador, o qual era feito com idades alteradas para atender os interesses do patrão, e na véspera das eleições os levava para sua residência na cidade onde o eleitor ficava numa espécie de confinamento. Lá era servido comida a noite toda e depois era direcionado para o local da votação. Nós éramos, obrigados a votar nos candidatos dele, ele escolhia os candidatos para eu votar. Se eu não votasse, era expulso de suas terras. (RR, BARRAS, 2019).

Com isso, podemos observar que os moradores tinham o dever de votar no coronel ou no candidato dele, pois não tinham autoridade própria para decidir em quem votar, era, com certeza, encabrestados pelo sistema oligárquico e coronelista da época, pois os mesmos deviam obediência aos coronéis e estavam presos aos donos das terras vigentes no município de Barras-Piauí neste contexto histórico. Outro relato de mais um entrevistado, aponta o seguinte:

---

<sup>40</sup> Foi um fazendeiro barreense que viveu entre os séculos XIX e XX.  
*Baraúnas, n° 1, v. I, mai/dez, 2023*

Os coronéis se aproveitavam de suas extensões de terras para exigir trabalho escravo dos moradores. Naquele tempo existia o monopólio da terra, os grandes patrões queriam controlar os pequenos lavradores para explorar sua força de trabalho e também explorá-los politicamente. (MD, BARRAS, 2019).

De um modo geral, havia uma realidade social em Barras-PI, na qual os coronéis exploravam os seus moradores humildes, tanto do ponto de vista do trabalho realizado por eles em suas terras e, também, principalmente na política através do sistema de compra de votos e do voto de cabresto, que existia nitidamente neste período analisado. Diante disso, um dos entrevistados salienta que:

Sempre existia a troca de favores. Eram os seguintes favores: uma moradia, um pedaço de chão para fazer roça, um corte de pano para fazer uma roupa, a emissão de uma certidão de nascimento, e do próprio título eleitoral, uma consulta médica, um remédio, coisas insignificantes que já são direitos de qualquer cidadão e cidadã. (LG, BARRAS, 2019).

A partir do relato, destaca-se que dentro do coronelismo, na cidade de Barras-Piauí a questão da troca de favores era um hábito rotineiro, que ocorria com bastante frequência e força. Portanto, a troca de favores fez parte do sistema político coronelista que existiu nesse município e além do mais, contribuiu para que o coronelismo se perpetuasse ao longo do tempo. Entretanto, para um dos entrevistados verifica-se o seguinte ponto de vista:

Os coronéis faziam muito pelos moradores, tipo: tiravam pessoas da prisão, marcavam exames e consultas para as mulheres grávidas que precisavam ir às pressas para Teresina e mandavam levar em seus carros e em troca seus moradores faziam serviços diversos. (DC, BARRAS, 2019).

Sendo assim, é notório que essa prática coronelista era evidente e bastante comum, entre os anos de 1955 a 1980, pois os coronéis se beneficiavam desse ato de favorecimento pessoal e sua afirmação regional estava no controle dos votos. Esse sistema eleitoral tinha maior predominância nas regiões mais pobres do país, visto que essas localidades eram bastante atrasadas economicamente e o único meio de sobrevivência das pessoas estava atrelado às fazendas desses referidos coronéis, os mesmos ficavam presos aos patrões, devido à força de trabalho que tinham nessas terras e, por isso, os grandes latifundiários exerciam liderança nessas regiões. Neste sentido, o entrevistado menciona que:

Os moradores e seus empregados que dependiam dos coronéis eram obrigados a votarem nos candidatos que os mesmos indicavam para votar, quando chegavam às eleições, o coronel ia pegar os moradores e levava para suas casas na cidade, lá eles serviam comida e cachaça para os moradores e eles eram bem tratados nesse período. (JP, BARRAS, 2019).

Neste aspecto, como podemos verificar nos depoimentos expostos acima, o eleitor daquele período, era alienado<sup>41</sup>, uma vez que nenhuma forma de oposição a esse sistema existia que fosse capaz de reverter esta situação vigente. Pois, o trabalhador rural barrense tinha seu trabalho todo empenhado na fazenda dos coronéis, visto que não havia outro lugar para os trabalhadores ganharem algum valor, se não fossem trabalhar nas fazendas desses coronéis.

Em síntese, o sistema coronelista que vigorou no município de Barras-Piauí entre os anos de 1955 e 1980 exerceu influência direta em campos da política, da saúde e da educação. E nos dias atuais ficaram alguns resquícios desse coronelismo em Barras, tanto que algumas famílias tradicionais da política barrense dominam ainda as eleições municipais, como as famílias Lages, Carvalho e Rêgo que são grandes proprietárias de terras e representam as elites barrenses. Assim sendo, podemos afirmar que as formas mais peculiares do fazer político dessa época, se davam justamente de tais práticas coronelistas aqui debatidas, nos quais se menciona o voto de cabresto, o mandonismo, a presença das oligarquias na política, o patrimonialismo e o clientelismo.

### **Considerações finais**

Em virtude do que foi mencionado podemos concluir que o coronelismo, teve seu apogeu durante o contexto histórico da república velha e que se deu por meio de um fenômeno social, onde o coronel era caracterizado por ser uma pessoa que tinha grande prestígio econômico e político, ligado à posse de terras, e por conta disso, tinha o poder de manipular o voto da população.

Deste modo, no decorrer da pesquisa, buscou-se apresentar as principais características do sistema coronelista em Barras-Piauí e também, a influência que os coronéis exerceram sobre seus eleitores. Foi, sem dúvida, um trabalho delicado, uma vez que se tratou de famílias e pessoas que ainda ocupam posições de poder e prestígio social na sociedade local. A despeito disso, procurou-se levar ao leitor o máximo de

---

<sup>41</sup> É um conceito que designa indivíduos que estão alheios a si próprios ou a outrem se tornando escravos de atividades ou instituições humanas, devido a questões econômicas, sociais ou ideológicas.  
*Baraúnas, n° 1, v.1, mai/dez, 2023*

informações possíveis acerca da política local barrense e as práticas coronelistas ocorridas no período entre 1955 e 1980.

Além disso, foi possível constatar que o cenário político barrense no período estudado tinha características comuns e peculiares em relação às outras regiões do Brasil, sendo que o sistema do coronelismo praticado em Barras-PI não se diferenciava em grande proporção de outras regiões, como foi possível verificar nas inúmeras bibliografias utilizadas. Foi possível detectar, com base nos depoimentos dos moradores entrevistados, que em Barras- PI existia a prática da política do coronelismo e que este fenômeno característico de algumas regiões do país, estava em pleno exercício na política local, e que tais práticas ainda predominavam de tal maneira que caracterizava a política do coronelismo no município, do modo mais tradicional possível, de modo bem similar a algumas situações praticadas nas práticas políticas no período da república velha no Brasil.

Tomando como base os relatos dos moradores que vivenciaram essa época, foi possível perceber o princípio da sustentação e do fundamentalismo da política coronelista nesse período, tendo em vista que os coronéis possuíam a terra e o trabalhador rural não possuía e que o mesmo dependia essencialmente do coronel para sobreviver, contribuindo para que fosse propícia a obtenção de votos dessa classe por parte dos coronéis que eram os chefes políticos dominantes.

Por fim, tendo em vista os elementos analisados, são notórias as consequências do coronelismo para o país, principalmente no que concerne a vida política, pois sua estrutura como apontado por Leal é dominada por uma relação de compromisso entre poder privado decadente e o poder público fortalecido. Esse fortalecimento de poder público imbuído ao poder aquisitivo dos coronéis auxiliados com a extensão do direito ao voto contribuiu para o domínio, crescimento e poderio dos líderes regionais. A figura do coronel ficou bem delineada que penetrou nas veias da sociedade brasileira, fazendo com que circulasse a cultura coronelística ao longo da história e, hoje, ela pulsa no seio de nossa sociedade, mas sob novas formas de manifestação.

Sobre as motivações para a escolha desse período de 1955 a 1980 para este artigo, aborda-se que isso se deu, pois, este contexto estudado nos revela o momento de ápice da política coronelista no município de Barras-PI e também, de fato existiu uma política coronelista na cidade em virtude de ter havido a figura do coronel, que detinha o poder econômico e exercia o poder local por meio da violência e trocas de favores

dentro deste município entre os anos de 1955 e 1980.

## Referências

ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de; VILAÇA, Marcos Vinícios. **Coronel, Coronéis: apogeu e declínio do coronelismo no nordeste**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965.

ANDRADE, Mario Celso Ramiro de. **O gabinê fluidificado e a fotografia dos espíritos no Brasil: a representação do invisível no território da arte em diálogo com a figuração de fantasmas, aparições luminosas e fenômenos paranormais**. 2008. 162 f. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2008.

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CICHOCKI, Irene de Freitas. **Coronelismo midiático**. Monografia (Graduação em Direito) Universidade Regional do noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Santa Rosa, 2012.

DC, **Entrevista concedida a Francisca Ravenna**. Barras, dez. 2019.

DORIGO, Gianpaolo; VICENTINO, Cláudio. **História do Brasil**. São Paulo: Scipione, 2001.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. Ed. Globo, SP, 1997.

FARIAS, Francisco Pereira de. **Do coronelismo ao clientelismo: A Transição política capitalista no Noroeste do Piauí (1982-1996)**. Dissertação (Mestrado em Ciência política) Departamento de Ciência política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1999.

FORTUNATO, Maria Lucinete. **O coronelismo e a imagem do Coronel: De símbolo a imagem do poder local**. Tese (Doutorado em História social) Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2000.

JP, **Entrevista concedida a Francisca Ravenna**. Barras, nov. 2019.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 4º. ed. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1978.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 1º. ed. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1975.

LG, **Entrevista concedida a Francisca Ravenna**. Barras, nov. 2019.

*Baraúnas, n° 1, v.1, mai/dez, 2023*

LIMA, Vinícius de. **Coronelismo eletrônico de novo tipo**: as autorizações de emissoras como moeda de barganha política. São Paulo: Observatório da Imprensa, 2007. Disponível em: [http://observatoriodaimprensa.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Coronelismo\\_eletronico\\_de\\_novo\\_tipo.pdf](http://observatoriodaimprensa.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Coronelismo_eletronico_de_novo_tipo.pdf). Acesso em: 5 jan. 2007.

MD, **Entrevista concedida a Francisca Ravenna**. Barras, nov. 2019.

MONTEIRO, Charles. **História, fotografia e cidade**: reflexões teórico-metodológicas sobre o campo de pesquisa. MÉTIS: história e cultura, v. 5, n. 9, p. 11-23, jan./jun. 2006.

PORTELLI, Alessandro. **Forma e significação na História oral**: A pesquisa como um experimento de igualdade. Projeto História, São Paulo, n. 14, p. 7-24, fev. 1997.

RR, **Entrevista concedida a Francisca Ravenna**. Barras, nov. 2019.

SOBRINHO, Barbosa Lima. Prefácio. In: LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 4ª ed. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1978.